

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Outubro/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE  
**FORTALEZA**

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

## Concurso Público para provimento de cargos de **Revisor**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '109', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Educação engloba aquisição de conhecimentos e civilidade.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

## Pensar e redigir

O aluno diz ao professor que está com “ótimas ideias” para fazer o trabalho, falta “apenas colocar no papel”. O rapaz acha que a passagem da boa ideia para a redação que a sustentará é fácil, ou mesmo automática. É como se o bom conteúdo imaginado garantisse por si mesmo a forma que melhor o expressará. Essa ilusão se desmancha logo na primeira frase: descobre-se que cada palavra empregada fixa-se inapelavelmente no papel, diz somente o que diz, e o mesmo acontece com a ordem das frases que vão chegando, tudo é inapelável, e se apresenta longe de corresponder às “ótimas ideias”.

Não é o caso de desanimar, mas de aprender que é longo o caminho que vai da ideia solta e criativa ao necessário determinismo das palavras. Aprende-se com isso o limite que é nosso, a fronteira onde se detém nossa capacidade de expressão. Esse aprendizado sofrido não deixa de ser um ganho: faz-nos querer alargar os domínios da nossa capacidade expressiva.

Sendo um limite, na sua compulsória particularização de sentido, toda linguagem é também a garantia de alguma forma conquistada; ainda que modesta no alcance, essa forma é mais do que o silêncio que a precedia. O que nos limita é também o que nos define: é o que nos diz nossa linguagem, no espelho da página em que se projeta.

(CRUZ, Aníbal Tolentino, inédito)

1. A ilusão do aluno, referida no primeiro parágrafo, deriva do fato de que o rapaz, a princípio, acredita que
  - (A) não há qualquer problema na mediação entre a natureza da ideia e sua redação.
  - (B) o automatismo das ideias adapta-se razoavelmente aos automatismos da linguagem.
  - (C) não há redação suficientemente falha para contradizer a força final de uma ideia.
  - (D) a potência de uma boa redação supre as possíveis lacunas de um pensamento.
  - (E) toda palavra comprometida com a verdade dos fatos torna-os mais transparentes.

---

2. No segundo parágrafo, o autor manifesta sua crença de que
  - (A) o caminho que vai da ideia à expressão é tão mais acidentado quanto mais criativas são as pessoas no uso de uma linguagem.
  - (B) o aprendizado de uma língua passa, necessariamente, pela plena superação dos limites de nossa capacidade expressiva.
  - (C) as nossas dificuldades com a linguagem são limites a serem reconhecidos, quando queremos alcançar uma maior capacidade expressiva.
  - (D) o sofrimento com as palavras é um estágio necessário para quem acredita que as grandes ideias são o suporte de uma competente redação.
  - (E) o desânimo que advém de um pensamento determinista pode ser superado pela eficiência de uma adequada justificativa de seus limites.

---

3. Considerando-se o contexto, está adequada a tradução de sentido de um segmento do terceiro parágrafo do texto em:
  - (A) *compulsória particularização* = obrigatória parcialidade.
  - (B) *alguma forma conquistada* = força de expressão vencida.
  - (C) *ainda que modesta no alcance* = porquanto humilde na antevisão.
  - (D) *o silêncio que a precedia* = o laconismo que a habilitava.
  - (E) *página em que se projeta* = face da folha em que se revela.

---

4. Está plenamente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
  - (A) As ideias que um aluno julga em princípio que são ótimas revelam-se insuficientes para que se propaguem delas alguma expressão de fato digna de seu alcance.
  - (B) Os limites verbais da expressão de um pensamento podem também ser vistos como úteis demarcadores do alcance de uma linguagem que se deseja expandir.
  - (C) Não há linguagem em cuja representação também não seja vitoriosa, diante do silêncio que soube vencer tão logo esta alcançou um mínimo de manifestação.
  - (D) As ilusões de um jovem aluno costumam decorrer de que, para ele, tão logo as ideias se assentem, assim também deverão ocorrer às palavras que lhes correspondem.
  - (E) Caso fosse automática a passagem dos pensamentos para a representação que lhe correspondem, seria fácil traduzir da melhor forma as ideias que houvesse de ocorrer.



5. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para integrar adequadamente a frase:
- (A) Com os limites da linguagem não (**dever**) surpreender-se quem das palavras espera a fiel expressão de uma ideia.
  - (B) Se a todas as boas ideias (**vir**) sempre a corresponder a melhor expressão delas, não ficaríamos decepcionados com nossa redação.
  - (C) Aos jovens alunos não (**costumar**) ocorrer que as deficiências de uma redação comprometem a qualidade das ideias.
  - (D) Os limites verbais que se (**reconhecer**) na prática da linguagem abrem espaço para algum aprimoramento na expressão das ideias.
  - (E) Do poder das palavras (**resultar**), para os usuários de uma língua, a impressão de que elas sempre traduzem fielmente nossas ideias.
- 
6. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Não houvesse a ilusão de que a boa redação acompanha as boas ideias, pode-se evitar que muitas frustrações ocorram.
  - (B) Muitas frustrações deixarão de ocorrer caso viéssemos a ter a certeza de que boas ideias não implicavam em boas palavras.
  - (C) Tão logo desconfiemos dos fatais limites que toda expressão impõe, já não seremos presas fáceis de uma grande frustração.
  - (D) Uma vez que estivéssemos convencidos dos limites da linguagem, passaremos a usá-la com moderada expectativa.
  - (E) Assim que ele percebesse a redução de suas ideias aos limites de sua linguagem, por que não reviu suas pretensões?

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 10, baseie-se no texto abaixo.

**[Em torno da felicidade]**

*Discute-se a felicidade como se esta fosse, em grande medida, produto de fatores materiais, como saúde, dieta e riqueza. Se as pessoas são mais ricas e mais saudáveis, também devem ser mais felizes. Mas isso é mesmo assim tão óbvio? Filósofos, padres e poetas refletiram sobre a natureza da felicidade durante milênios, e muitos concluíram que fatores sociais, éticos e espirituais têm tanta influência sobre nossa felicidade quanto as condições materiais. E se as pessoas nas sociedades afluentes modernas sofrem muitíssimo de alienação e carência de sentido, apesar de sua prosperidade? E se nossos ancestrais menos abastados encontravam grande contentamento na comunidade, na religião e em vínculo com a natureza?*

*Nas últimas décadas, psicólogos e biólogos aceitaram o desafio de estudar cientificamente o que de fato deixa as pessoas felizes. A descoberta mais importante de todas é que a felicidade não depende de condições objetivas de riqueza, saúde ou mesmo espírito de comunidade. Em vez disso, depende da correlação entre condições objetivas e expectativas subjetivas.*

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. **Sapiens** – uma breve história da humanidade. Trad. Janaina Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2018, p. 390-393, *passim*)

7. Ao refletirem sobre a natureza da felicidade, filósofos, padres e poetas
- (A) passaram a disseminar a hipótese de que, em grande medida, a saúde é uma condição necessária para ser feliz.
  - (B) perceberam que nas sociedades mais próximas de nós a prosperidade material vai de encontro às grandes satisfações humanas.
  - (C) concluíram, ao longo da história, que também as condições espirituais e sociais, como as materiais, concorrem para que sejamos felizes.
  - (D) deduziram que ela, como já nos provaram os primitivos, depende sobretudo da relação harmoniosa com a natureza em que vivemos.
  - (E) induziram os contemporâneos a buscar essa sensação nas pequenas alegrias, como a formação de comunidades populares.
- 
8. A conclusão a que chegaram psicólogos e biólogos, no tocante às razões da existência da felicidade, é a de que
- (A) há uma nítida primazia das condições materialmente verificáveis sobre as expectativas íntimas alimentadas esporadicamente pelo sujeito.
  - (B) esse estado está condicionado ao tipo de correlação que exista entre as condições empíricas de vida e as expectativas pessoais.
  - (C) tudo depende da forma como se ajustam as expectativas psicológicas às condições econômicas objetivamente determinadas.
  - (D) o indivíduo feliz resulta do justo equilíbrio que alcança entre aquilo que lhe é interdito socialmente e aquilo que ele sonha experimentar.
  - (E) o fator determinante, na articulação entre o real e o imaginário, é que este tenha força para inspirar e determinar aquele.



9. Considere as seguintes frases:

- I. Há tempos busca-se definir a felicidade.
- II. Alguns associaram a felicidade a fatores materiais.
- III. Outros associaram a felicidade a elementos espirituais.

Essas três afirmações compõem-se com clareza e correção no seguinte período:

- (A) Mormente seja associada a fatores materiais e espirituais, a felicidade vem sendo objeto de pesquisa já há muito tempo.
- (B) Se alguns há muito associam a felicidade a fatores materiais, nem por isso outros deixam de lhe associar aos espirituais.
- (C) Fatores materiais e espirituais desde há muito tempo vem se associando à felicidade, sejam por alguns, sejam por outros.
- (D) Na busca já antiga de uma definição de felicidade, há quem a associe a elementos materiais e quem a faça depender de qualidades do espírito.
- (E) Muito embora seja definida há tempos, sempre há uns que subordinam a felicidade a itens materiais, ao passo que com outros ocorre o oposto.

10. Há ocorrência de forma verbal na voz passiva e é adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- (A) Devem conjugar-se condições objetivas e expectativas subjetivas para que se acesse a felicidade a que se aspira.
- (B) Não deixam de ser alienadas as pessoas a cujas ocorre que a felicidade depende de bens materiais.
- (C) O estado de felicidade, ao qual ninguém admite se excluir, depende de uma adequada articulação de fatores.
- (D) Na conclusão do texto, em que não podemos deixar de dar atenção, é evidente uma fórmula de madura sabedoria.
- (E) Nas afluentes sociedades modernas, de cuja prosperidade ninguém hesita em admitir, a felicidade continua sendo uma expectativa.

**Atenção:** Para responder às questões de números 11 a 14, baseie-se no texto abaixo:

**[Nossa duplicidade]**

*Querem saber a história abreviada de quase todo o mal-estar na civilização? Ei-la: a evolução natural produziu o animal homem. No âmago desse homem, entretanto, foi-se instalando um inquilino altivo, exigente e dado à hipocrisia e ao autoengano: o homem civilizado. As rusgas foram crescendo, o conflito escalou, mas nenhum dos dois é forte o bastante para aniquilar o outro. E assim brotou no interior da caverna uma guerra civil que se prolonga por toda a vida.*

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória. São Paulo: Companhia das Letras, 2016)

11. Com a afirmação *As rusgas foram crescendo, o conflito escalou*, o autor do texto está-se referindo

- (A) às difíceis alternativas que o homem vem enfrentando na escolha dos processos naturais de sua evolução.
- (B) à disputa que permanece entre traços primitivos de sua evolução e seus passos no processo civilizatório.
- (C) aos frequentes desenganos que a humanidade sofre a cada vez que afirma sua civilização em projetos ilusórios.
- (D) aos conflitos que se agravam toda vez que uma mudança de rumo da civilização acentua as desigualdades sociais.
- (E) às batalhas que se travavam nas cavernas primitivas por conta dos princípios da evolução natural.

12. Subentende-se da leitura do texto que

- (A) o *inquilino altivo* e o *animal homem* podem perpetuar-se em sua condição de conflito.
- (B) a *história abreviada* da nossa *civilização* já está refutada pela evolução natural da espécie.
- (C) a *guerra civil* está sendo aos poucos superada pelos avanços do *inquilino altivo*.
- (D) no *interior da caverna* ainda não havia os conflitos trazidos pela evolução natural.
- (E) *aniquilar o outro* é o objetivo que presidia as iniciativas humanas no tempo das cavernas.

13. *As rusgas foram crescendo, o conflito escalou, mas nenhum dos dois é forte o bastante para aniquilar o outro.*

Uma nova e correta redação da frase acima, iniciada por *Nenhum dos dois é forte o bastante para aniquilar o outro*, deverá ter a seguinte complementação para que se mantenha seu sentido:

- (A) porquanto as rusgas foram crescendo e o conflito tenha escalado.
- (B) conquanto fossem crescendo o conflito e assim as rusgas.
- (C) ainda que as rusgas tenham crescido e o conflito escalado.
- (D) tendo em vista que as rusgas crescessem e o conflito escalasse.
- (E) à proporção que as rusgas crescessem enquanto o conflito escalava.

14. Está plenamente correta a pontuação da seguinte frase:

- (A) Uma história abreviada da humanidade, prometeu aos seus provocados leitores, o autor do texto.
- (B) Na evolução natural nota-se que, há em seu processo, elementos contraditórios com a civilização.
- (C) À medida que avança o homem, em sua caminhada civilizatória, conflitos ocorrem, entre a criatura moderna, e a primitiva.
- (D) Ao longo do tempo, instalou-se no animal homem um inquilino altivo, representado pela criatura em processo de civilização.
- (E) A hipocrisia e o autoengano, são, ambas, qualidades que vieram se agregar ao homem, na trajetória da civilização.

**Noções de Legislação**

15. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, compete ao Município
- (A) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar, de ensino fundamental e de ensino médio.
  - (B) promover a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, dos patrimônios cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico, observadas as legislações federal e estadual.
  - (C) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, os serviços públicos de interesse local, incluídos o de transporte coletivo, iluminação pública e o de fornecimento local de gás canalizado, que têm caráter essencial.
  - (D) coibir, no âmbito do território do Município, a exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária, a ser disciplinada por lei específica.
  - (E) promover o ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, exigindo-se Alvará de Funcionamento para estabelecimentos industriais e templos religiosos.
- 
16. Em relação às licenças, dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Fortaleza que
- (A) a licença para tratamento de saúde depende unicamente de laudo do médico particular do servidor, e terá a duração que for indicada no respectivo documento.
  - (B) terminada a licença para tratamento de saúde, o servidor reassumirá o exercício no prazo máximo de três dias úteis.
  - (C) a licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida com a remuneração proporcional ao tempo de efetivo exercício.
  - (D) a licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro será concedida com a remuneração proporcional ao tempo de efetivo exercício.
  - (E) o servidor investido em mandato de Prefeito será considerado em licença e afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- 
17. Em relação às Comissões, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza dispõe que
- (A) às Comissões Permanentes cabe apenas discutir proposições relativas à matéria de sua competência, que serão votadas, em todos os casos, pelo Plenário.
  - (B) os membros das Comissões Permanentes serão escolhidos para compô-las, pelo período de um ano, permitida a recondução para o mesmo cargo independentemente de legislatura.
  - (C) uma das competências da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa é a de examinar a criação de novos bairros.
  - (D) as alterações numéricas que venham a ocorrer nas bancadas dos Partidos ou Blocos Parlamentares decorrentes de mudanças de filiação partidária importarão em imediata modificação na composição das Comissões.
  - (E) a Câmara Municipal, a requerimento de um quinto de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e em seu Regimento.
- 
18. Em relação à sanção e ao veto do Prefeito aos projetos de lei aprovados, a Lei Orgânica do Município de Fortaleza estatui que
- (A) o veto do Prefeito só pode ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores da Casa, em votação secreta.
  - (B) o Prefeito poderá vetar o projeto caso o considere contrário ao interesse público, mas se o considerar inconstitucional, ao invés de vetá-lo deverá ajuizar representação de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça.
  - (C) o veto será apreciado em dois turnos de discussão e votação, com o parecer da comissão pertinente.
  - (D) as Comissões Técnicas deverão se manifestar no prazo máximo de quarenta e oito horas antes da sessão de votação do veto e, não havendo manifestação, o veto será discutido e votado sem parecer.
  - (E) o veto será apreciado pela Câmara dentro do prazo de quinze dias, contado de sua leitura em Plenário.
- 
19. No que se refere às sessões, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, dispõe que
- (A) as sessões temáticas se destinam à discussão de assuntos específicos, de alto interesse do legislativo ou que envolvam problemas que afetam à população em geral.
  - (B) as sessões ordinárias terão início às 9h, sendo procedida a segunda chamada às 9h15min, tendo a duração de três horas, das segundas-feiras às quintas-feiras.
  - (C) o Pequeno Expediente terá a duração máxima de uma hora e destina-se inicialmente ao uso da palavra pelos vereadores, previamente inscritos em livro próprio.
  - (D) a Explicação Pessoal destina-se a franquear o uso da palavra, por tempo improrrogável e sem apartes, a representantes de entidades associativas formalmente constituídas ou pessoas residentes no Município.
  - (E) o Grande Expediente terá início ao esgotar-se a Ordem do Dia, presente um terço dos Vereadores, e terá duração máxima de cento e vinte minutos.



**Fundamentos e Teoria Geral do Direito**

20. *A nosso ver, a principal característica dessas doutrinas é serem extrovertidas: ou seja, não praticam a dedução a partir de princípios inatos, como tenta fazer o racionalismo, mas voltam-se para o exterior, tratam o homem como objeto de ciência. [...] observando o homem tal como ele é em vez de escrutinarem o dever-ser, acreditam que os atos dos homens estão instintivamente dirigidos pela vontade de bem-estar [...]. [...] o homem tende para a segurança. Essa necessidade será plenamente satisfeita pelo Estado [...]. Com efeito, é nesse momento que a política começa a se especializar; em vez de ser a ciência do justo, torna-se uma arte do útil, à qual o direito está subordinado.*

(VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico Moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, *passim*)

As ideias expressas acima referem-se

- (A) à doutrina ética, da autonomia da vontade e fenomenalista de Emmanuel Kant.
- (B) à filosofia “materialista”, liberta das orientações da moral neoestoica, de Thomas Hobbes.
- (C) à concepção aristotélica de Direito, representada, dentre outras, pela ideia de que o direito é a justa partilha dos bens.
- (D) ao pensamento platônico de justiça, que se relaciona à organização da pólis.
- (E) ao normativismo de Hans Kelsen, expressão da máxima racionalidade da lei.

21. *O objeto próprio dessa virtude é atribuir a cada um o seu, conforme a fórmula tradicional já mencionada por Platão e que será retomada por toda a literatura clássica: que se efetue uma partilha adequada, em que cada um não recebe nem mais nem menos do que a boa medida exige. Aristóteles encontra, portanto, uma explicação de sua teoria geral da virtude como busca do meio-termo: mas, aqui, o meio-termo está nas próprias coisas, que são atribuídas a cada um em quantidades nem grandes nem pequenas demais, mas média entre esses dois excessos [...]. O objetivo é obter ou preservar uma certa harmonia social; procurar conseguir o que Aristóteles chama uma igualdade.*

(Adaptado de: VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico Moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 41 e 42)

O texto acima caracteriza o que se entende corretamente por

- (A) justiça corretiva, expressa modernamente e por uma ótica dogmática no direito privado.
- (B) direito privado (direito de família, contratos de compra e venda etc.), que expressa uma justa distribuição entre os cidadãos da cidade.
- (C) justiça comutativa, que se dá a partir do princípio de igualdade simples ou aritmética.
- (D) justiça distributiva, que nos tempos atuais e por uma ótica dogmática pode ser realizada por meio do Direito Público, quando este busca efetivar a justa distribuição dos bens.
- (E) justiça pautada na reciprocidade, em que o dinheiro opera uma equivalência entre produtos e serviços.

22. Acerca dos métodos interpretativos, considere as seguintes assertivas:

- I. Método preocupado com o sentido das palavras: [...] *é, pois, apenas um ponto de partida, e nunca ou quase nunca um fim do processo.*  
(FERRAZ JR., T. S. **A ciência do direito**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 94)
- II. Considera o ordenamento jurídico como um todo: *A oposição entre dois textos incompatíveis não decorre apenas da sua oposição formal, mas exige uma referência a uma situação.*  
(FERRAZ JR., T. S. **A ciência do direito**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 95)
- III. Baseia-se na investigação dos antecedentes da norma jurídica; guarda relação com o projeto de lei, sua justificativa e exposição de motivos, discussões e emendas.

O método interpretativo a que se refere cada uma das assertivas é:

|   | I           | II                 | III                |
|---|-------------|--------------------|--------------------|
| A | gramatical  | lógico-sistemático | histórico          |
| B | sociológico | histórico          | lógico-sistemático |
| C | gramatical  | histórico          | sociológico        |
| D | gramatical  | lógico-sistemático | sociológico        |
| E | histórico   | lógico-sistemático | sociológico        |



23. A teoria de Kelsen é "pura" em dois sentidos: (i) afirma-se livre de quaisquer considerações ideológicas, não se emitem juízos de valor sobre qualquer sistema jurídico, e a análise da "norma jurídica" não é afetada por nenhuma concepção da natureza do direito justo; (ii) o estudo sociológico da prática do direito e o estudo das influências políticas, econômicas ou históricas sobre o desenvolvimento do direito ficam além da esfera de ação da teoria pura. [...] Para Kelsen, as regras eram as características observáveis (na escrita etc.) de um sistema normativo. As regras eram, portanto, as características de superfície do direito, e as normas sua essência interior; conquanto elas possam ter dado origem aos atos de "vontade" de um Parlamento, ou à adoção de um costume por um juiz, uma vez aceitas como direito adquirem existência independente; sua validade não depende da vontade de um mandatário.

(MORRISON, Wayne. **Filosofia do Direito: dos gregos ao pós-modernismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 381, 382 e 392)

Considere as proposições abaixo acerca do texto:

- I. O direito natural continua a fundamentar uma teoria pura do direito, ou seja, é base do direito positivo (norma jurídica).
- II. O direito é perspectivado internamente por Kelsen e a norma jurídica é compreendida como uma idealidade, ou seja, um dever-ser, e não como tudo que é da natureza, ou seja, um ser.
- III. Comporta a teoria de Kelsen uma validação da norma jurídica inferior pela norma jurídica superior, não cabendo, portanto, uma validação externa, de cunho sociológico.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

24. Tem o direito, como direito "subjetivo" (ou seja, o direito de um determinado sujeito), de ser distinguido da ordem jurídica, como Direito "objetivo". Na linguagem jurídica inglesa dispõe-se da palavra *right* quando se quer designar o direito (subjetivo), o direito de um determinado sujeito, para o distinguir da ordem jurídica, do Direito objetivo, da *law*.

(KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 8.ed., São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 140 e 141)

Tendo em vista o texto acima, é correto o que se afirma em:

- (A) A legislação escrita é direito objetivo e a pretensão jurídica de um sujeito de direito, amparada numa norma estatal, pode ser compreendida como direito subjetivo.
- (B) O dever jurídico é a expressão máxima do direito objetivo.
- (C) O direito subjetivo não pressupõe a existência de normas jurídicas, de direitos objetivos.
- (D) Se toda norma jurídica é direito objetivo, somente será direito objetivo a lei emanada do Poder Legislativo.
- (E) Direito objetivo e subjetivo são compreendidos como conceitos idênticos.

### Raciocínio Lógico-Matemático

25. Algumas raposas estão comendo os ovos de um depósito. No primeiro dia elas comeram  $\frac{1}{8}$  dos ovos. No segundo dia elas comeram  $\frac{1}{5}$  dos ovos que sobraram e no terceiro dia comeram  $\frac{1}{3}$  dos ovos que ainda restaram. Nesses três dias nenhum ovo

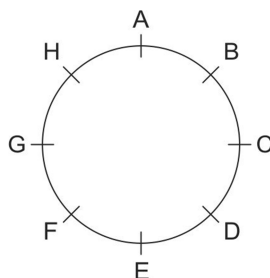
foi repostado ou retirado do depósito. A fração dos ovos que inicialmente estavam no depósito e que sobraram intactos é

- (A)  $\frac{7}{15}$
- (B)  $\frac{119}{120}$
- (C)  $\frac{7}{120}$
- (D)  $\frac{1}{24}$
- (E)  $\frac{1}{36}$



26. A soma de 6 números inteiros consecutivos é igual à soma dos 3 inteiros consecutivos que sucedem imediatamente o último termo da primeira soma. Essa soma vale
- (A) 31  
(B) 28  
(C) 27  
(D) 30  
(E) 24
- 
27. Um cubo de arestas medindo 3 cm foi formado por 27 cubinhos brancos de arestas medindo 1 cm. Após montado, esse cubo teve todas suas faces pintadas de azul. Em seguida, o cubo foi desmontado, e restaram cubinhos com faces pintadas de branco ou azul. O total de cubinhos com exatamente duas faces pintadas de azul é
- (A) 15  
(B) 6  
(C) 8  
(D) 12  
(E) 1
- 
28. Os 72 alunos de uma escola devem, nas aulas de educação física, participar de treinos em uma, duas ou três modalidades esportivas, entre futebol, atletismo e natação. Sabendo que 33 alunos treinam futebol, 34 treinam atletismo e 26 treinam natação, e que 4 alunos treinam as três modalidades, o número de alunos que treinam exatamente duas modalidades é
- (A) 27  
(B) 16  
(C) 19  
(D) 22  
(E) 13
- 

29. Marcelo e Samanta desenharam, na quadra de sua escola, uma circunferência com letras, como na figura abaixo.



Eles brincam de saltar de uma letra para outra letra vizinha toda vez que uma moeda é lançada segundo a seguinte regra: se o resultado do lançamento for cara, Marcelo salta no sentido horário para a letra vizinha de onde ele está e Samanta fica parada. Se o resultado for coroa, Samanta salta no sentido anti-horário para uma letra vizinha de onde ela está e Marcelo fica parado. Marcelo começa em A e Samanta em E. Após 70 lançamentos da moeda que resultaram em exatamente 37 caras, Marcelo e Samanta estarão, respectivamente, nas letras

- (A) F e E  
(B) H e C  
(C) F e D  
(D) G e D  
(E) A e E
- 
30. Se 16 máquinas produzem 7.056 metros de tecido em 18 dias, então, supondo que cada uma das máquinas produz a mesma quantidade de tecido por dia, o número de máquinas necessário para produzir 10.829 metros de tecido em 17 dias é
- (A) 25  
(B) 24  
(C) 27  
(D) 26  
(E) 28
-



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Atenção:** Para responder às questões de números 31 a 33, baseie-se no texto abaixo.

*Diante dessas premissas, indaga-se sobre como as tecnologias e a internet podem contribuir com a inclusão social e a incidência da participação social, a ponto de se passar a empregar o termo “inclusão digital”. A inclusão social reconhece a diferença de classes ou estratos sociais, mas também as potencialidades de outros fatores que contribuem com a interação de classes e a participação social. Assim, o surgimento e o contínuo acréscimo das tecnologias da informação e comunicação na pós-modernidade contribuíram com o advento da ideia de inclusão digital, pois, entre os fatores que favorecem a interação social e produção de conhecimentos (em outras palavras, inclusão social), temos, atualmente, as tecnologias da informação e comunicação.*

*Por meio da interação baseada no uso das tecnologias e da internet, cria-se e fomenta-se o diálogo igualitário. As plataformas digitais criadas com base no desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação até favorecem as possibilidades de uma incidência de maior alcance e mais equitativa entre as diversas classes e grupos sociais. Essa é uma das grandes potencialidades das tecnologias e da internet como fatores para a participação social e inclusão social. A inclusão digital emerge, assim, como novo direito fundamental, diante do avanço das relações na internet. Na verdade, muitos dos serviços públicos essenciais são realizados pela internet, como é o caso da prestação jurisdicional e da comunicação. Hodiernamente, as chamadas telefônicas foram, em grande parte, substituídas por mensagens de aplicativos para a transmissão de conteúdos diversos, e a comunicação de atos jurisdicionais é feita pela internet – é nesse ambiente que as notícias circulam e que parte considerável dos diálogos são travados.*

(Adaptado de: MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos; RIVERA, Laura Nathalie Hernandez. **Democratização na era digital**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017, p. 601-616)

31. Da interpretação do texto depreende-se que

- (A) a produção de conhecimentos favorece o advento da inclusão digital.
- (B) a inclusão digital reconhece as diferenças sociais e outras potencialidades.
- (C) a inclusão digital deve ser assegurada como novo direito fundamental.
- (D) as plataformas digitais visam o diálogo igualitário dos estratos sociais.
- (E) os atos jurisdicionais, hodiernamente, promovem a inclusão social.

32. *Diante dessas premissas, indaga-se sobre como as tecnologias e a internet podem contribuir com a inclusão social e a incidência da participação social, a ponto de se passar a empregar o termo “inclusão digital”.*

A passagem acima está corretamente reescrita, sem prejuízo do sentido, em:

- (A) Frente à essas ideias, indaga-se sobre como as tecnologias e a internet podem contribuir com a inclusão social e a retomada da participação social, no limite de se passar a empregar o termo “inclusão digital”.
- (B) Diante dessas primícias, é indagado sobre como as tecnologias e a internet podem beneficiar com a inclusão social e o acontecimento da participação social, a ponto de se passar a empregar o termo “inclusão digital”.
- (C) Diante dessas primícias, indagam à respeito das tecnologias e a internet podem contribuir com a inclusão social e a permanência da participação social, a ponto de se passar a empregar o termo “inclusão digital”.
- (D) Diante desses pressupostos, indaga-se sobre como as tecnologias e a internet podem corroborar com a inclusão social e a ocorrência da participação social, a ponto de passarem a empregar o termo “inclusão digital”.
- (E) Diante dessas bases, indaga-se sobre como as tecnologias e a internet podem contribuir com a inclusão social e a ocorrência da participação social, de tal forma que se passe a empregar o termo “inclusão digital”.

33. ... incidência de maior alcance e mais equitativa entre as diversas classes e grupos sociais. (2<sup>a</sup> parágrafo)

Mantendo-se o sentido do parágrafo, a palavra sublinhada acima pode ser substituída por

- (A) distanciada, pois reforça a ideia de direitos para vários grupos sociais.
- (B) igualitária, já que atingiria um público maior e mais variado.
- (C) refratária, pois repele a extensão humana da inclusão digital.
- (D) assertiva, uma vez que o parágrafo discute sobre jurisdição.
- (E) jurídica, tendo em vista a maior legalização do mundo digital.



**Atenção:** Para responder às questões de números 34 a 38, baseie-se no texto abaixo.

– Quer esse menininho para o senhor? Pode levar.

Aconteceu no Rio, como acontecem tantas coisas. O rapaz entrou no café da rua Luís de Camões e começou a oferecer o filho de seis meses. Em voz baixa, ao pé do ouvido, como esses vendedores clandestinos que nos propõem um relógio submersível. Com esta diferença: era dado, de presente. Uns não o levaram a sério, outros não acharam interessante a doação. Que iriam fazer com aquela coisinha exigente, boca aberta para mamar e devorar a escassa comida, corpo a vestir, pés a calçar, e mais dentista e médico e farmácia e colégio e tudo que custa um novo ser, em dinheiro e aflição?

– Fique com ele. É muito bonzinho, não chora nem reclama. Não lhe cobro nada...

Podia ser que fizesse aquilo para o bem do menino, um desses atos de renúncia que significam amor absoluto. O tom era sério, e a cara, angustiada. O rapaz era pobre, visivelmente. Mas todos ali o eram também, em graus diferentes. E a ninguém apetecia ganhar um bebê, ou, senão, quem nutria esse desejo o sofria. Mesmo sem jamais ter folheado o Código Penal, toda gente sabe que carregar com filho dos outros dá cadeia, muita.

Mas o pai insistia, com bons modos e boas razões: desempregado, abandonado pela mulher. O bebê, de olhinhos tranquilos, olhava sem reprovação para tudo. De fato, não era de reclamar, parecia que ele próprio queria ser dado. Até que apareceu uma senhora gorda e topou o oferecimento:

– Já tenho seis lá em casa, que mal faz inteirar sete? Moço, eu fico com ele.

Disse mais que morava em Senador Camará, num sobradão assim assim, e lá se foi com o presente. O pai se esquecera de perguntar-lhe o nome, ou preferia não saber. Nenhum papel escrito selara o ajuste; nem havia ajuste. Havia um bebê que mudou de mãos e agora começa a fazer falta ao pai.

– Praquê fui dar esse menino? – interroga-se ele. Chega em casa e não sabe como explicar à mulher o que fizera. Porque não fora abandonado por ela; os dois tinham apenas brigado, e o marido, no vermelho da raiva, saíra com o filho para dá-lo a quem quisesse.

A mulher nem teve tempo de brigar outra vez. Correram os dois em busca do menino dado, foram ao vago endereço, perguntaram pela vaga senhora. Não há notícia. No estirão do subúrbio, no estirão maior deste Rio, como pode um bebê fazer-se notar? E logo esse, manso de natureza, pronto a aceitar quaisquer pais que lhe deem, talvez na pré-consciência mágica de que pais deixaram de ter importância.

E o pai volta ao café da rua Luís de Camões, interroga um e outro, nada: ninguém mais viu aquela senhora. Disposto a procurá-la por toda parte, ele anuncia:

– Fico sem camisa, mas compro o menino pelo preço que ela quiser.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. "Caso de menino". 70 **historinhas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 101-102)

34. O narrador recorre ao chamado discurso indireto livre no seguinte trecho:

- (A) Disse mais que morava em Senador Camará, num sobradão assim assim, e lá se foi com o presente. (7º parágrafo)
- (B) O rapaz entrou no café da rua Luís de Camões e começou a oferecer o filho de seis meses. (2º parágrafo)
- (C) Uns não o levaram a sério, outros não acharam interessante a doação. (2º parágrafo)
- (D) – Já tenho seis lá em casa, que mal faz inteirar sete? Moço, eu fico com ele. (6º parágrafo)
- (E) – Praquê fui dar esse menino? – interroga-se ele. (8º parágrafo)

35. Considere os trechos transcritos abaixo.

- I. O tom era sério, e a cara, angustiada. (4º parágrafo)
- II. E a ninguém apetecia ganhar um bebê, ou, senão, quem nutria esse desejo o sofria. (4º parágrafo)
- III. Porque não fora abandonado por ela; os dois tinham apenas brigado, e o marido, no vermelho da raiva, saíra com o filho para dá-lo a quem quisesse. (8º parágrafo)

Verifica-se o emprego de vírgula para indicar a elipse do verbo APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I.
- (E) II e III.

36. O narrador manifesta incerteza acerca dos eventos narrados em:

- (A) Mesmo sem jamais ter folheado o Código Penal, toda gente sabe que carregar com filho dos outros dá cadeia, muita. (4º parágrafo)
- (B) O pai se esquecera de perguntar-lhe o nome, ou preferia não saber. (7º parágrafo)
- (C) Mas o pai insistia, com bons modos e boas razões: desempregado, abandonado pela mulher. (5º parágrafo)
- (D) Chega em casa e não sabe como explicar à mulher o que fizera. (8º parágrafo)
- (E) Correram os dois em busca do menino dado, foram ao vago endereço, perguntaram pela vaga senhora. (9º parágrafo)



37. Examine os trechos transcritos abaixo.

- I. *Em voz baixa, ao pé do ouvido, como esses vendedores clandestinos que nos propõem um relógio submersível.* (2º parágrafo)
- II. *Nenhum papel escrito selara o ajuste; nem havia ajuste. Havia um bebê que mudou de mãos e agora começa a fazer falta ao pai.* (7º parágrafo)
- III. *Porque não fora abandonado por ela; os dois tinham apenas brigado, e o marido, no vermelho da raiva, saíra com o filho para dá-lo a quem quisesse.* (8º parágrafo)
- IV. *Podia ser que fizesse aquilo para o bem do menino, um desses atos de renúncia que significam amor absoluto.* (4º parágrafo)

As expressões sublinhadas acima são próprias da modalidade coloquial da linguagem APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

38. Considere os trechos transcritos abaixo.

- I. *Uns não o levaram a sério, outros não acharam interessante a doação.* (2º parágrafo)
- II. *E a ninguém apetecia ganhar um bebê, ou, senão, quem nutria esse desejo o sofreamos.* (4º parágrafo)
- III. *O pai se esquecera de perguntar-lhe o nome, ou preferia não saber.* (7º parágrafo)
- IV. *Disposto a procurá-la por toda parte, ele anuncia:* (10º parágrafo)

Estabelecem uma relação de referência a uma expressão mencionada anteriormente no texto os termos sublinhados em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

**Atenção:** Para responder às questões de números 39 a 43, baseie-se no texto abaixo.

Os debates travados na Câmara e pela imprensa em torno da Lei do Ventre Livre fizeram da emancipação dos escravos uma questão nacional. O projeto do governo foi apresentado à Câmara em 12 de maio de 1871. Para alguns, o projeto era avançado demais, para outros, excessivamente tímido. Os defensores do projeto usaram argumentos morais e econômicos. Argumentavam que o trabalho livre era mais produtivo que o escravo. Diziam que a existência da escravidão era uma barreira à imigração, pois que os imigrantes recusavam-se a vir para um país de escravos. A emancipação abriria as portas à tão desejada imigração. Usando de argumentos morais, denunciavam os que, em nome do direito de propriedade, defendiam a escravidão e se opunham à aprovação do projeto. Não era legítimo invocar o direito de propriedade em se tratando de escravos. “Propriedade de escravos” – dizia Torres Homem, político famoso, homem de cor e de origens modestas que chegara ao Senado depois de brilhante carreira – “era uma monstruosa violação do direito natural.” “A maioria dos escravos brasileiros” – afirmava ele – “descendia de escravos introduzidos no país por um tráfico não só desumano como criminoso. Nada pois mais justo que se tomassem medidas para acabar com a escravidão.”

Em contrapartida, os mais arraigados defensores da escravidão consideravam o projeto uma intromissão indébita do governo na atividade privada. Argumentavam que o projeto ameaçava o direito de propriedade garantido pela Constituição. Segundo a prática, que datava do período colonial, o filho de mãe escrava pertencia ao senhor. Qualquer lei que viesse a conceder liberdade ao filho de escrava era, pois, um atentado à propriedade e, o que era pior, abria a porta a todas as formas de abusos contra esse direito. Acusavam o projeto de ameaçar de ruína os proprietários e de pôr em risco a economia nacional e a ordem pública. Diziam ainda que, emancipando-se os filhos e mantendo os pais no cativeiro, criar-se-iam nas senzalas duas classes de indivíduos, minando, dessa forma, a instituição escravista pois não tardaria muito para que os escravos questionassem a legitimidade de sua situação.

(Adaptado de: COSTA, Emilia Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 49-52)

39. Considere as afirmações abaixo.

- I. De acordo com a autora, o texto do projeto apresentado à Câmara era ambíguo.
- II. Os defensores do projeto argumentavam que o direito à propriedade não era um direito legítimo.
- III. Os opositores do projeto argumentavam que este contrariava um direito assegurado pela Constituição.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



40. A coesão textual opera por meio da elipse de um substantivo no seguinte trecho:
- (A) *Os defensores do projeto usaram argumentos morais e econômicos.* (1º parágrafo)
  - (B) *A emancipação abriria as portas à tão desejada imigração.* (1º parágrafo)
  - (C) *Não era legítimo invocar o direito de propriedade em se tratando de escravos.* (1º parágrafo)
  - (D) *Argumentavam que o trabalho livre era mais produtivo que o escravo.* (1º parágrafo)
  - (E) *Segundo a prática, que datava do período colonial, o filho de mãe escrava pertencia ao senhor.* (2º parágrafo)
- 
41. Considere as seguintes reescritas de trechos do texto.
- I. *“A maioria dos escravos brasileiros” – afirmava ele – “descendia de escravos introduzidos no país por um tráfico não só desumano como criminoso.”* → *“A maioria dos escravos brasileiros”, afirmava ele, “descendiam de escravos introduzidos no país por um tráfico não só desumano como criminoso.”*
  - II. *Nada pois mais justo que se tomassem medidas para acabar com a escravidão.* → *Nada, pois, mais legítimo que se tomasse medidas para suprimir a escravidão.*
  - III. *Diziam ainda que, emancipando-se os filhos e mantendo os pais no cativeiro, criar-se-iam nas senzalas duas classes de indivíduos* → *Diziam ainda que, emancipando-se os filhos e mantendo os pais no cativeiro, duas classes de indivíduos seriam criadas nas senzalas.*
- Não prejudica o sentido do texto original e está em concordância com a norma-padrão a reescrita que consta APENAS de
- (A) I e III.
  - (B) I.
  - (C) II.
  - (D) III.
  - (E) II e III.
- 
42. A forma verbal que confere caráter hipotético ao enunciado está em:
- (A) *Para alguns, o projeto era avançado demais, para outros, excessivamente tímido.* (1º parágrafo)
  - (B) *Os debates travados na Câmara e pela imprensa em torno da Lei do Ventre Livre fizeram da emancipação dos escravos uma questão nacional.* (1º parágrafo)
  - (C) *A emancipação abriria as portas à tão desejada imigração.* (1º parágrafo)
  - (D) *Em contrapartida, os mais arraigados defensores da escravidão consideravam o projeto uma intromissão indébita do governo...* (2º parágrafo)
  - (E) *Acusavam o projeto de ameaçar de ruína os proprietários e de pôr em risco a economia nacional e a ordem pública.* (2º parágrafo)
- 
43. *“Propriedade de escravos” – dizia Torres Homem [...] – “era uma monstruosa violação do direito natural.”* (1º parágrafo)
- Transposto para o discurso indireto, o trecho transcrito acima assume a seguinte redação:
- (A) Torres Homem dizia que propriedade de escravos é uma monstruosa violação do direito natural.
  - (B) Torres Homem dizia: – Propriedade de escravos era uma monstruosa violação do direito natural.
  - (C) Torres Homem dizia que propriedade de escravos seria uma monstruosa violação do direito natural.
  - (D) Torres Homem dizia: – Propriedade de escravos é uma monstruosa violação do direito natural.
  - (E) Torres Homem dizia que propriedade de escravos era uma monstruosa violação do direito natural.
- 
44. Em conformidade com a NBR 6023, em relação à apresentação de referências, é correto afirmar:
- (A) As referências finais devem ser alinhadas à margem esquerda do texto e separadas entre si por uma linha em branco de espaço duplo.
  - (B) Os elementos essenciais devem refletir os dados do documento referenciado e as informações acrescidas devem seguir o idioma do texto em elaboração e não o do documento referenciado.
  - (C) Quando aparecerem em notas de rodapé, as referências devem ser alinhadas à margem esquerda do texto e, a partir da segunda linha da mesma referência, abaixo da terceira letra da primeira palavra.
  - (D) Para documentos *on-line*, deve-se registrar o endereço eletrônico, precedido da expressão “Disponível em:”, e a data de acesso, precedida da expressão “Acessado em:”.
  - (E) Ao optar pelo uso de elementos complementares, estes não precisam ser incluídos em todas as referências do mesmo tipo.
- 
45. De acordo com as regras descritas na NBR 6032, a alternativa que apresenta a correta abreviação do título do periódico correspondente é
- (A) Revista Brasileira de Políticas Públicas/Rev. Bras. Pol. públ.
  - (B) Revista Brasileira de Estudos Políticos/R. Bras. Est. Pol.
  - (C) Revista Brasileira de Ciência do Solo/R. bras. Ci. Solo
  - (D) Revista Brasileira de Biologia/Rev. Bras. Biologia
  - (E) Revista Brasileira de Política Internacional/Rev. bras. Pol. int.



46. Em conformidade com a NBR 6023, a correta sequência e apresentação dos elementos de uma referência bibliográfica de uma matéria de jornal encontra-se em
- (A) LEITE, Marcelo. Desinformação é obstáculo para debate sobre desmatamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 99, n. 33.015, 24 ago. 2019. Ambiente, p. A24.
  - (B) LEITE, Marcelo. **Desinformação é obstáculo para debate sobre desmatamento**. Folha de S. Paulo, São Paulo, ano 99, n. 33.015, 24 de agosto de 2019. Ambiente, p. A24.
  - (C) LEITE, Marcelo. Desinformação é obstáculo para debate sobre desmatamento, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 99, n. 33.015, 24 ago. 2019, Ambiente, p. A24.
  - (D) LEITE, Marcelo. *Desinformação é obstáculo para debate sobre desmatamento*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 99, n. 33.015, 24 de agosto de 2019. Ambiente, p. A24.
  - (E) LEITE, Marcelo. **Desinformação é obstáculo para debate sobre desmatamento**, Folha de S. Paulo, São Paulo, ano 99, n. 33.015, 24 ago. 2019, Ambiente, p. A24.
- 
47. A respeito da padronização das citações, considere as frases abaixo.
- I. As citações diretas, no texto, de até três linhas, devem estar contidas entre aspas duplas.
  - II. As citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e entre aspas simples.
  - III. O sinal (...), em destaque, indica que houve supressões no texto.
- Em conformidade com a NBR 10520, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) II e III.
  - (B) II.
  - (C) I e III.
  - (D) I.
  - (E) III.
- 
48. Em conformidade com a NBR 10520, a correta sequência e apresentação dos elementos de uma citação direta, no corpo do texto, e da mesma obra na lista de referência, respectivamente, encontra-se em:
- (A) (Caldeira, J., p. 138, 2017) / CALDEIRA, J. **História da Riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
  - (B) (Caldeira, 2017, p. 138) / CALDEIRA, Jorge. **História da Riqueza no Brasil**, Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2017.
  - (C) (CALDEIRA, J., 2017, p.138) / CALDEIRA, J. **História da Riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
  - (D) (CALDEIRA, p. 138, 2017) / CALDEIRA, Jorge. **História da Riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
  - (E) (CALDEIRA, 2017, p. 138) / CALDEIRA, Jorge. **História da Riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- 
49. Em relação ao uso do correio eletrônico (*e-mail*) em comunicações oficiais, é correto afirmar:
- (A) O uso de linguagem incompatível com uma comunicação oficial deve ser evitado no texto, embora sejam aceitáveis algumas abreviações que caracterizam esse tipo de comunicação.
  - (B) O tipo de fonte recomendado é Arial, tamanho 12, cor preta; deve-se evitar o uso de papéis de parede eletrônicos.
  - (C) Os arquivos anexados, quando se tratar de documento ainda em discussão, devem, necessariamente, ser enviados em formato que possa ser editado.
  - (D) A assinatura do *e-mail* deve conter, obrigatoriamente, o nome completo, o cargo, a unidade, o órgão, o telefone do remetente e o logotipo do ente público.
  - (E) O campo "Assunto" deve ser o mais claro e específico possível, relacionado ao conteúdo global da mensagem, além de conter a data e o local.
- 
50. A referência de uma lei está corretamente apresentada, de acordo com a NBR 6023, em:
- (A) FORTALEZA. **Lei nº 10.751**, de 8 de junho de 2018. Dispõe sobre o uso intensivo do Viário Urbano Municipal para exploração de atividade econômica privada de transporte individual remunerado de passageiros através de Plataformas Digitais de Transporte. Fortaleza: Câmara Municipal, 2018.
  - (B) FORTALEZA. Lei nº 10.751, de 8 de junho de 2018. Dispõe sobre o uso intensivo [...]. Fortaleza: Câmara Municipal, 2018.
  - (C) FORTALEZA. **Lei nº 10.751, de 8 de junho de 2018**. Dispõe sobre o uso intensivo [...]. Fortaleza: Câmara Municipal, 2018.
  - (D) FORTALEZA. **Lei nº 10.751, de 8 de junho de 2018**. Dispõe sobre o uso intensivo do Viário Urbano Municipal para exploração de atividade econômica privada de transporte individual remunerado de passageiros através de Plataformas Digitais de Transporte. Fortaleza: Câmara Municipal, 2018.
  - (E) FORTALEZA. **Lei nº 10.751, de 8 de junho de 2018**. Fortaleza: Câmara Municipal, 2018.



**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 51 a 59.

No livro *A velhice*, Simone de Beauvoir não apresenta muitas alternativas para construir um olhar positivo sobre a última fase da vida. Ela tem como propósito fundamental denunciar a conspiração do silêncio e revelar como a sociedade trata os velhos: eles costumam ser desprezados e estigmatizados. Apesar de ter consciência de que são inúmeros os problemas relacionados ao processo de envelhecimento, quero compreender se existe algum caminho para chegar à última fase da vida de uma maneira mais plena e mais feliz. Encontro na própria Simone de Beauvoir a resposta para esta questão. Ela sugere, nas entrelinhas de *A velhice*, um possível caminho para a construção de uma “bela velhice”: o projeto de vida.

No Brasil temos vários exemplos de “belos velhos”: Caetano Veloso, Gilberto Gil, Ney Matogrosso, Chico Buarque, Marieta Severo, Rita Lee, entre outros. Duvido que alguém consiga enxergar neles, que já chegaram ou estão chegando aos 70 anos, um retrato negativo do envelhecimento. São típicos exemplos de pessoas chamadas “sem idade”.

Fazem parte de uma geração que não aceitará o imperativo “Seja um velho!” ou qualquer outro rótulo que sempre contestaram. São de uma geração que transformou comportamentos e valores de homens e mulheres, que inventou diferentes arranjos amorosos e que legitimou novas formas de família. Esses “belos velhos” inventaram um lugar especial no mundo e se reinventam permanentemente. Continuam cantando, dançando, criando, amando, brincando, trabalhando, transgredindo tabus. Não se aposentaram de si mesmos, recusaram as regras que os obrigariam a se comportar como velhos. Não se tomaram invisíveis, infelizes, deprimidos. Eles, como tantos outros “belos velhos”, rejeitam estereótipos e dão novos significados ao envelhecimento. Como diz a música de Arnaldo Antunes, “Somos o que somos: inclassificáveis”.

Desde muito cedo, somos livres para fazer escolhas. “A liberdade é o que você faz com o que a vida fez com você”. Esta máxima existencialista é fundamental para compreender a construção de um projeto de vida. O projeto de cada indivíduo pode ser traçado desde a infância, mas também pode ser construído ou modificado nas diferentes fases da vida, pois a ênfase existencialista se coloca no exercício permanente da liberdade de escolha e da responsabilidade individual na construção de um projeto de vida que dê significado às nossas existências até os últimos dias.

(Adaptado de: GOLDENBERG, Mirian. **A bela velhice**. Record. edição digital)

51. Atente para as afirmações abaixo.

- I. A conclusão de Simone de Beauvoir a respeito do processo de envelhecimento é repudiada pela autora do texto por ser pessimista.
- II. Ícones da classe artística dispõem de mais recursos para rebater os preconceitos sociais relacionados ao processo de envelhecimento.
- III. Pessoas chamadas de “sem idade” renegam os estereótipos relacionados à definição do que seja uma pessoa velha.
- IV. A geração que legitimou novas formas de família estava despreparada para as consequências negativas do envelhecimento.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) I e II.
- (B) III.
- (C) I e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.

52. Segundo o texto, no livro *A velhice*, Simone de Beauvoir pretende

- (A) compreender por que alguns indivíduos envelhecem melhor que outros.
- (B) descobrir o que se pode fazer para auxiliar os mais idosos.
- (C) indicar os motivos que levam à falta de um projeto de vida na terceira idade.
- (D) expor o modo como os mais velhos são tratados pela sociedade.
- (E) desvendar a fórmula para que se possa envelhecer de maneira mais plena.

53. De acordo com a máxima existencialista (4º parágrafo),

- (A) a ideia de que numa idade avançada o indivíduo encontrará liberdade de escolha é uma ilusão subjetiva.
- (B) para se sentir realizado, o indivíduo deve traçar já na infância um projeto de vida e sustentá-lo até a velhice.
- (C) o indivíduo, no decorrer de sua existência, é livre para construir um projeto de vida e alterá-lo de acordo com sua vontade.
- (D) o comportamento humano, predeterminado pela natureza, submete-se a leis imutáveis em todas as etapas da existência.
- (E) os acontecimentos de uma existência humana estão interligados por relações de causa e efeito, e ocorrem independentemente da escolha pessoal.



54. Considerado o contexto, afirma-se corretamente:
- (A) A oração subordinada em *Como diz a música de Arnaldo Antunes, "Somos o que somos"* (3º parágrafo), expressa noção de conformidade.
  - (B) O conectivo que coordena as orações *Esses "belos velhos" inventaram um lugar especial no mundo e se reinventam permanentemente* (3º parágrafo) tem valor adversativo.
  - (C) Sem prejuízo do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após "geração" em *São de uma geração que transformou comportamentos e valores de homens e mulheres* (3º parágrafo).
  - (D) Em *Eles, como tantos outros "belos velhos", rejeitam estereótipos* (3º parágrafo) o segmento isolado por vírgulas expressa noção de finalidade.
  - (E) No segundo parágrafo, o sinal de dois-pontos introduz uma explicação.
- 
55. *eles costumam ser desprezados e estigmatizados.* (1º parágrafo)  
*ou qualquer outro rótulo que sempre contestaram.* (2º parágrafo)  
*Continuam cantando, dançando, criando, amando, brincando, trabalhando, transgredindo tabus.* (3º parágrafo)
- Os termos sublinhados acima estão empregados, respectivamente, em sentido
- (A) conotativo – conotativo – denotativo
  - (B) denotativo – conotativo – conotativo
  - (C) conotativo – denotativo – denotativo
  - (D) denotativo – denotativo – conotativo
  - (E) denotativo – conotativo – denotativo
- 
56. *Duvido que alguém consiga enxergar neles [...] um retrato negativo do envelhecimento.* (2º parágrafo)
- O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo do sublinhado acima está em:
- (A) *Não se tornaram invisíveis, infelizes, deprimidos.*
  - (B) *uma geração que não aceitará o imperativo "Seja um velho!"*
  - (C) *uma geração que transformou comportamentos e valores*
  - (D) *A ênfase existencialista se coloca no exercício permanente da liberdade de escolha*
  - (E) *um projeto de vida que dê significado às nossas existências até os últimos dias.*
- 
57. *Apesar de ter consciência de que são inúmeros os problemas relacionados ao envelhecimento, quero compreender...* (1º parágrafo)
- Mantendo as relações de sentido, o segmento sublinhado acima pode ser substituído por:
- (A) Contudo, tenho
  - (B) Porquanto tenho
  - (C) Desde que tenho
  - (D) Conquanto tenha
  - (E) Desde que tenha
- 
58. *... recusaram as regras que os obrigariam a se comportar como velhos.* (3º parágrafo)
- O elemento sublinhado na frase acima possui a mesma função sintática que o sublinhado em:
- (A) *Ela sugere, nas entrelinhas de A velhice, um possível caminho* (1º parágrafo)
  - (B) *Esta máxima existencialista é fundamental!* (4º parágrafo)
  - (C) *O projeto de cada indivíduo pode ser traçado desde a infância* (4º parágrafo)
  - (D) *que inventou diferentes arranjos amorosos* (3º parágrafo)
  - (E) *Esses "belos velhos" inventaram um lugar especial no mundo* (3º parágrafo)
- 
59. Substituindo-se o segmento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses, o emprego de crase está correto em:
- (A) *recusaram as regras que os obrigariam a se comportar (à agirem) como velhos.*
  - (B) *um projeto de vida que dê significado à existência (à nossas vidas)*
  - (C) *dão novos significados ao envelhecimento (à velhice)*
  - (D) *são inúmeros os problemas relacionados ao processo de envelhecimento (à questões relacionadas ao envelhecimento)*
  - (E) *se existe algum caminho para chegar à última fase da vida (à idades avançadas) de uma maneira mais plena*
- 
60. Está correta a redação do seguinte comentário:
- (A) Rejeitam estereótipos, criando novos significados para o envelhecimento, àqueles a quem se classificam como "belos velhos".
  - (B) Consoante a observação de Simone de Beauvoir, ao redor dos velhos, que costumam ser estigmatizados, paira certa "conspiração do silêncio".
  - (C) Observam-se que há pessoas as quais criam novos significados para o envelhecimento, desafiando as convenções sociais.
  - (D) Já não se enxerga em certas pessoas próximas dos 70 anos, as típicas consequências negativas associadas ao processo de envelhecer.
  - (E) Construir um projeto de vida ao qual desse significado permanente à existência são objetivos da maioria das pessoas.

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado Capítulo 9. 9.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 9.4.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.5 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 9.4.1 – **Conteúdo**, 9.4.2 – **Estrutura** e 9.4.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.6 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.7 Na **Prova Discursiva-Redação** deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de **20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.8 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

**I**

*De um ponto de vista legalista e institucional, a justiça segue o caminho das leis, uma vez que são elas que delimitam o alcance de nossas ações na sociedade civil. Todavia, como bem sabemos, as leis consideradas “justas” podem tornar-se “injustas” diante das constantes mudanças históricas de cada sociedade.*

**II**

*O conceito de justiça depende da moral e dos valores existentes em uma sociedade, diferentemente de noções como “igualdade” ou “liberdade”, que, embora sejam conceitos teóricos, podem ser verificados de forma empírica dentro de um dado contexto.*

(Adaptado de: OLIVEIRA, Lucas de. **Justiça Social**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br>)

Com base nas ideias presentes em **I** e **II**, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

**A Justiça e os valores de uma sociedade**





## PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

|    |  |
|----|--|
| 01 |  |
| 02 |  |
| 03 |  |
| 04 |  |
| 05 |  |
| 06 |  |
| 07 |  |
| 08 |  |
| 09 |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |
| 21 |  |
| 22 |  |
| 23 |  |
| 24 |  |
| 25 |  |
| 26 |  |
| 27 |  |
| 28 |  |
| 29 |  |
| 30 |  |